

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 13

1 É uma grande ilusão imaginar que o Brasil estará entre
as cinco maiores economias do mundo na década atual se não
realizar investimentos pesados em um novo padrão de energia,
4 independente da utilização de petróleo. Apesar do abandono do
planejamento estratégico e de nossa fraca vocação para
pensarmos a longo prazo, a verdade é que mantemos algumas
7 características de país altamente inovador. Temos realizado
avanços extraordinários no desenvolvimento de processos
e na pesquisa em energias alternativas, em razão da antiga (e,
10 felizmente, superada) dependência das importações de
petróleo. Não atendemos, porém, às necessidades de
financiamento na medida exigida pela continuidade das
13 pesquisas.

O rápido crescimento da economia chinesa tem atraído
a atenção geral, mas devíamos orientar o nosso interesse em
acompanhar, prioritariamente, as inovações que se estão
16 processando nos Estados Unidos da América (EUA), na
Alemanha e nos países nórdicos. A China, por enquanto,
19 continua sendo uma economia que copia muito mais do que
investe em inovação. Os norte-americanos, com todos os
problemas de suas finanças, mantêm a dianteira nos
22 investimentos em desenvolvimento tecnológico: no governo
Obama, decidiram recuperar a autonomia energética,
investindo pesadamente no desenvolvimento de novas
25 modalidades de energia. De seu lado, alemães e escandinavos
estão ampliando os investimentos em energia alternativa e já
colhem resultados expressivos da utilização de energia eólica.

28 Em termos imediatos, o que acontece de importante
nos EUA e na China é a ênfase total dos investimentos públicos
na expansão e modernização da infraestrutura dos transportes
31 e comunicações de modo geral.

O caminho brasileiro não deve ser diferente: temos de
acelerar os investimentos na infraestrutura dos transportes para
34 eliminar, o mais rápido possível, os gargalos que encarecem a
circulação interna e as exportações da produção agrícola e
industrial.

37 Não é preciso repetir que o Brasil é um país inovador.
O que nos falta é o suporte do crédito, de forma contínua, para
sustentar as inovações, é claro que com algumas notáveis
40 exceções: alcançamos o estado da arte na produção de
combustíveis para transporte, e a EMBRAPA fez, em 30 anos,
uma revolução na produtividade de nossa agricultura e
43 pecuária, dando um enorme retorno aos parques recursos de
investimentos que recebeu.

46 Para que o Brasil se transforme, efetivamente, em
protagonista importante da revolução que vai mudar,
profundamente, os processos de produção industrial e
agropastoril em todo o mundo, os próximos governos terão de
49 dar prioridade absoluta aos investimentos em inovação e ao
desenvolvimento tecnológico.

A fórmula do crescimento é inovação mais crédito.
52 Sua aplicação foi fundamental para a construção da mais
poderosa economia global no século passado. Não há razão
alguma para ignorá-la.

Delfim Netto. **Fórmulas de crescimento**. Internet:
<www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento são essenciais para que uma nação se torne um expoente mundial.
- 2 No Brasil, a utilização de energias alternativas não tem recebido investimento suficiente devido à escassez de financiamentos estrangeiros.
- 3 EUA, Alemanha e países escandinavos tornaram-se independentes no que se refere à importação de petróleo.
- 4 É correto inferir do texto que a precariedade de rodovias, ferrovias e instalações portuárias marítimas e fluviais brasileiras representa uma barreira para a expansão econômica nacional.
- 5 Em relação à produção de combustíveis para transporte, o Brasil precisa avançar sobremaneira para se equiparar às grandes potências.
- 6 No Brasil, a dependência do petróleo estrangeiro em décadas passadas promoveu o desenvolvimento tecnológico.

Acerca dos aspectos semânticos e gramaticais do texto apresentado, julgue os seguintes itens.

- 7 O trecho seguinte, que parafraseia o primeiro período do segundo parágrafo (l.14-18), mantém a correção gramatical e a coerência do texto: Devíamos orientar o nosso interesse em seguir, prioritariamente, as inovações que se estão processando nos Estados Unidos da América (EUA), na Alemanha e nos países nórdicos, não obstante o rápido crescimento da economia chinesa ter atraído as atenções.
- 8 O vocábulo **pesado** pode ser empregado no lugar de “pesadamente” (l.24), sem que isso acarrete prejuízo ao sentido e à correção gramatical do texto.
- 9 A locução verbal “estão ampliando” (l.26) é equivalente à forma verbal **ampliam**, pois ambas expressam valores temporais idênticos.
- 10 Mantém-se a relação existente entre as orações separadas no texto por dois-pontos (l.40), caso esse sinal de pontuação seja substituído por vírgula e, após esta, seja acrescentado o vocábulo **pois**.
- 11 Na linha 46, o pronome “que” introduz uma oração de sentido explicativo.
- 12 Na expressão “terão de dar” (l.48-49), a substituição da preposição “de” pelo vocábulo **que** preserva a correção gramatical e o sentido do texto.
- 13 No texto, a forma verbal “É” (l.1) inicia uma oração com sujeito inexistente.

Com relação à redação de correspondências oficiais, julgue os itens subsequentes.

- 14 Na redação de correspondências oficiais, deve-se levar em conta sua finalidade básica: comunicar com impessoalidade e máxima clareza.
- 15 Segundo o **Manual de Redação da Presidência da República**, existe um padrão oficial de linguagem que deve ser usado na redação de correspondências oficiais.

A ética é uma característica inerente a toda ação humana e por essa razão é um elemento essencial na produção da realidade social. Acerca da ética e da postura profissional do servidor público, julgue os itens a seguir.

- 16 A ética no serviço público envolve a responsabilidade do servidor público tanto por aquilo que fez quanto por aquilo que não fez, mas que deveria ter feito.
- 17 A ética ocupa-se de questões subjetivas, abstratas e essencialmente de interesse particular do indivíduo, sem relação com valores ou condutas sociais.

Considerando que a expectativa da sociedade com relação à conduta daqueles que desempenham atividades no serviço e na gestão de bens públicos é cada vez maior, julgue os itens que seguem, relativos à ética no contexto do serviço público e à legislação pertinente.

- 18 A ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público e pode ser considerada uma atuação antiética.
- 19 O êxito da opção por uma forma ética de prestação de serviços públicos requer a procura contínua de padrões de excelência elaborados com base em mecanismos de avaliação internos, correspondentes aos posicionamentos daqueles servidores que ocupam posições elevadas na hierarquia da administração. Nesse sentido, a avaliação dos usuários-cidadãos tem papel secundário.
- 20 A ética representa uma abordagem sobre as constantes morais, ou seja, refere-se àquele conjunto de valores e costumes mais ou menos permanente no tempo e no espaço.

Acerca da estrutura, das funções institucionais e das atribuições da Advocacia-Geral da União (AGU), julgue os itens seguintes.

- 21 Entre os órgãos de direção superior da AGU incluem-se o advogado-geral da União, a Consultoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral da União e a da Fazenda Nacional.
- 22 Os departamentos jurídicos das autarquias e fundações públicas são órgãos vinculados à AGU.
- 23 A AGU é chefiada pelo advogado-geral da União, que é nomeado pelo presidente do Senado Federal.
- 24 A AGU é a instituição que representa a União judicial e extrajudicialmente, não cabendo a esse órgão, no entanto, exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

No que concerne às competências do Departamento de Cálculos e Perícias e da Secretaria-Geral da AGU, julgue os próximos itens.

- 25 Planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades setoriais relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade e de administração financeira são algumas das competências deferidas à Diretoria de Orçamento e Finanças da Secretaria-Geral da AGU.
- 26 O Departamento de Cálculos e Perícias, conquanto não integre a Procuradoria-Geral da União, deve examinar os cálculos constantes de precatórios de responsabilidade da União, de suas autarquias e fundações públicas, antes da realização dos respectivos pagamentos.
- 27 Ao Departamento de Cálculos e Perícias compete supervisionar, coordenar, realizar, rever e acompanhar os trabalhos técnicos, periciais e de cálculo, referentes aos feitos de interesse da União, de suas autarquias e fundações públicas, às liquidações de sentença e aos processos de execução.
- 28 A Diretoria de Orçamento e Finanças, a Diretoria de Recursos Humanos e Tecnologia da Informação e as unidades regionais de atendimento compõem a estrutura organizacional da Secretaria-Geral da AGU.

Acerca da AGU, julgue os itens seguir.


- 29 No desempenho de suas atribuições, o advogado-geral da União é auxiliado pelo secretário do contencioso e pelo secretário de consultoria.
- 30 A AGU tem natureza de função essencial à justiça, não se vinculando, por isso, a nenhum dos três poderes que representa.
- 31 Nas ações diretas de inconstitucionalidade, cabe ao advogado-geral da União apresentar a defesa da norma legal impugnada, atuando como curador especial do princípio da presunção da constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
- 32 O advogado-geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais poderão autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar um litígio, desde que o valor da causa não ultrapasse o limite legalmente previsto.

Figura para os itens de 33 a 38



A figura acima apresenta uma página acessada utilizando-se o Internet Explorer 8 (IE8).

No que concerne a modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet e *intranet*, e considerando a figura acima apresentada, julgue os itens seguintes.

- 33 Ao se clicar o botão , os *feeds* da página serão exibidos. *Feed* é um conteúdo frequentemente atualizado e publicado por um sítio.
- 34 Ao se clicar a opção **Página**, serão apresentadas diversas opções, entre elas a que permite enviar a página ou seu *link* por correio eletrônico.
- 35 O texto da página pode ser editado e publicado utilizando-se a opção **Abrir no Microsoft Word** e salvando-o como HTML.

A respeito de conceitos e modos de utilização de aplicativos e de sistemas operacionais, julgue os itens de 36 a 38, a partir da figura apresentada.

- 36 Caso se deseje copiar um texto da página visualizada com o IE8 para um arquivo editado com o Writer do BrOffice, deve-se selecionar o texto e alterar a fonte para um tipo disponível no BrOffice, uma vez que existe incompatibilidade de fonte entre os aplicativos do Windows e do BrOffice.

- 37 Para abrir, em ambiente Windows, uma planilha criada em ambiente Linux, é necessária a instalação de um *plugin* apropriado de conversão no computador que usa o Windows.
- 38 Se, ao se clicar com o botão direito do *mouse* na imagem que está na página visualizada com o IE8, **Copiar** for uma das opções apresentadas, então, ao se clicar essa opção, a imagem será copiada para a área de trabalho e poderá ser inserida em um texto editado com o Writer do BrOffice.

Acerca de conceitos de sistemas de informações e de segurança da informação, julgue os itens subsequentes.

- 39 *Backup*, um procedimento que deve ser realizado mensal ou anualmente, tem a finalidade de garantir a proteção de dados, inclusive contra ataques de *worms*.
- 40 A informação é um ativo que, como qualquer outro ativo importante para os negócios, tem valor para a organização e, por isso, deve ser adequadamente protegida.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da Constituição Federal de 1988 (CF), suas emendas e princípios fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 41 Entre os princípios fundamentais do Estado brasileiro, incluem-se a dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a concessão de asilo político. Além disso, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- 42 A CF sofreu, ao longo de sua existência, enorme quantidade de emendas; apesar disso, ela é classificada pela doutrina como rígida, escrita, democrática, dogmática, eclética, formal, analítica, dirigente, normativa, codificada, social e expansiva.
- 43 As emendas constitucionais de revisão, aprovadas durante o processo de revisão constitucional, foram promulgadas pelas duas casas do Congresso Nacional, em sessão bicameral, de acordo com o mesmo processo dificultoso exigido para qualquer tipo de emenda constitucional.

Julgue os itens seguintes, a respeito dos poderes do Estado e suas respectivas funções.

- 44 Os ministros de Estado são escolhidos pelo presidente da República sem a necessidade de aprovação da escolha pelo Senado Federal. Não se exige que eles sejam brasileiros natos, mas que sejam maiores de 35 anos de idade e estejam no exercício de seus direitos políticos.
- 45 A CF conferiu autonomia institucional ao Poder Judiciário, que recebeu, entre outras, garantias de autonomia orgânico-administrativa, financeira e funcional, além de ter salvaguardada a independência dos órgãos judiciários.
- 46 O Brasil, desde a promulgação da Constituição de 1946, tem adotado o presidencialismo como forma de governo. Assim, a atividade executiva está concentrada na figura do presidente da República, que é, ao mesmo tempo, chefe de governo, chefe de Estado e chefe da administração pública.

Com relação às funções essenciais à justiça e à AGU na CF, julgue os itens subsequentes.

- 47 Caso o governo de um estado-membro esteja extrapolando os limites legais de despesa com pessoal ativo e inativo, tal fato deverá ser motivo de preocupação para servidores públicos estaduais, mesmo que estáveis, lotados nesse estado, pois existe na CF a possibilidade de o servidor público, ainda que estável, ser exonerado se o mencionado estado não tomar providências para limitar suas despesas, nos termos de lei complementar já editada e em vigor. As medidas que podem ser tomadas pela administração para diminuir os referidos gastos incluem, por exemplo, a redução em pelo menos 20% das despesas com cargos comissionados e com funções de confiança.
- 48 O advogado-geral da União, com o cargo organizado em carreira na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerá a representação judicial da União, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- 49 O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende, entre outros, os Ministérios Públicos dos estados. Todavia, há outro órgão estatal, dotado de identidade e de fisionomia próprias que o tornam inassimilável à instituição do Ministério Público comum da União e dos estados-membros, qual seja: o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Com relação aos atos administrativos e ao controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 50 O Tribunal de Contas é órgão que auxilia o Poder Legislativo no exercício do controle financeiro externo da administração pública. Por ter função de caráter administrativo, suas decisões poderão ser submetidas ao controle judicial.
- 51 No caso de um administrado alegar a existência de vício de legalidade que invalide determinado ato administrativo, esse indivíduo deverá fundamentar sua alegação com provas dos fatos relevantes, por força da obrigatoriedade de inversão do ônus da prova, originada no princípio da presunção de legitimidade do ato administrativo.
- 52 Nem todos os atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, já que alguns deles necessitam de autorização do Poder Judiciário para criar obrigações para o administrado.

A respeito dos agentes administrativos e dos regimes jurídicos funcionais, julgue os itens que se seguem.

- 53 O regime jurídico estatutário descreve direitos, deveres e obrigações dos servidores públicos e do próprio ente federativo, sendo sua iniciativa de competência privativa do chefe do Poder Executivo. Nos termos da CF, o regime jurídico estatutário deve ser instituído, obrigatoriamente, mediante edição de lei complementar.
- 54 A categoria denominada servidores públicos celetistas está prevista na CF e caracteriza-se por abranger todos aqueles servidores contratados por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Considerando os dispositivos da Lei nº. 8.112/1990 relativos ao processo administrativo disciplinar, julgue os itens seguintes.

- 55 No que se refere ao julgamento do processo administrativo disciplinar, na hipótese de o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta.
- 56 Durante a tramitação de um processo administrativo disciplinar, é possível o afastamento preventivo do servidor público, pelo prazo máximo de até cento e vinte dias, sem prejuízo de sua remuneração, para que tal servidor não venha a influir na apuração da irregularidade eventualmente cometida.
- 57 Na fase de inquérito, o prazo para apresentação da defesa escrita é de quinze dias, sendo permitida a sua prorrogação pelo dobro na hipótese de existirem diligências reputadas indispensáveis.

A respeito de licitações, julgue os itens subsequentes.

- 58 Na hipótese de haver desatenção às formalidades legais, é facultado a qualquer pessoa impugnar, na forma eletrônica, o ato convocatório do pregão, desde que em até vinte e quatro horas antes da data fixada para abertura da sessão pública.
- 59 Na hipótese de aquisição de bens, a Lei de Licitações veda expressamente condutas como a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação e a fixação no edital de quantitativo mínimo, ainda que tais condutas sejam justificáveis para ampliar a competitividade do certame.

Com relação à organização administrativa e aos serviços públicos, julgue os próximos itens.

- 60 Segundo a CF, o serviço público de distribuição de gás canalizado é privativo da União.
- 61 Entre os serviços públicos classificados como individuais, pode-se citar a disponibilização de energia domiciliar.
- 62 A autarquia é uma pessoa jurídica criada somente por lei específica para executar funções descentralizadas típicas do Estado.

Um grupo de quarenta servidores públicos federais ajuizou ação em face da União a fim de obstar o desconto da contribuição previdenciária sobre o adicional de férias, além de postular, cumulativamente, o ressarcimento de R\$ 20.400,00 para cada um, considerados os valores recolhidos a maior nos últimos cinco anos. Na petição inicial, foi atribuído à causa o valor de R\$ 816.000,00.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 63 Caso a sentença considere totalmente procedentes os pedidos, após o seu trânsito em julgado, o pagamento dos valores será efetuado por requisição de pequeno valor, no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.
- 64 A competência para conciliar, processar e julgar a causa é de uma das varas dos juizados especiais federais com jurisdição sobre o domicílio de qualquer dos autores.
- 65 A União terá prazo em dobro para recorrer se for proferida sentença em seu desfavor no referido processo.

Julgue os itens a seguir, relativos a intervenção de terceiros no processo civil, disciplina legal dos procedimentos, prazos e ônus da prova.

- 66 Salvo disposição em contrário do Código de Processo Civil ou de lei especial, aplica-se a todas as causas o procedimento comum, ordinário ou sumário.
- 67 O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Todavia, ainda que se trate de direito indisponível, as partes poderão convencionar a distribuição do ônus probatório de maneira diversa.
- 68 Considere a seguinte situação hipotética. Marcos, que é caseiro de Josué, foi demandado por Alfredo em ação de reintegração de posse do imóvel acautelado por Marcos. Nessa situação hipotética, Marcos deverá providenciar a citação de Josué para que possa intervir no processo a fim de assisti-lo.

Com relação à Lei de Introdução ao Código Civil e à disciplina legal da propriedade, aos atos ilícitos e aos contratos, julgue os próximos itens.

- 69 O titular de um direito que, ao exercê-lo, exceda manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes cometerá um ato ilícito.
- 70 Se um cidadão, depois de haver contratado um pacote turístico, tomar conhecimento pela imprensa de que sobreveio à operadora diminuição no patrimônio capaz de tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, ainda assim esse cidadão não poderá recusar-se ao pagamento mensal do pacote, por se tratar de um contrato bilateral.
- 71 Uma lei que seja publicada no Diário Oficial da União sem cláusula de vigência entrará em vigor 45 dias após sua publicação.

No que se refere à disciplina legal das pessoas naturais e jurídicas, aos direitos reais sobre coisa alheia e ao inadimplemento das obrigações, julgue os itens seguintes.

- 72 Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à fazenda nacional.
- 73 Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- 74 Penhor, hipoteca e anticrese são exemplos de direitos reais sobre coisa alheia.

Considerando os conceitos fundamentais de arquivologia, julgue os itens subsequentes.

- 75 O arquivo de um órgão é o conjunto de documentos recebidos ou expedidos por esse órgão no exercício de suas atividades. Esse conjunto de documentos pode ser formado por qualquer espécie documental.
- 76 Ao se aplicar o princípio de respeito aos fundos em um conjunto documental de uma organização pública ou privada, são identificados os documentos destinados à guarda permanente ou à eliminação.
- 77 Um documento arquivístico é confiável quando ele mantém relações com os demais documentos do órgão que refletem suas funções e atividades.

Com relação à gestão de documentos, julgue os itens a seguir.

- 78 A fase da gestão de documentos que inclui as atividades de protocolo, de expedição, de organização e de arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária é denominada fase de utilização de documentos.
- 79 O conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento dos documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou seu recolhimento para a guarda permanente é denominado gestão de documentos.

O conceito de ciclo vital dos documentos é uma analogia da vida de um organismo biológico que nasce, vive e morre. Acerca dos arquivos corrente, intermediário e permanente, julgue os itens a seguir.

- 80** Os documentos, após cumprirem o prazo determinado para sua permanência no arquivo corrente, são recolhidos ao arquivo especializado.
- 81** Uma das principais funções do arquivo intermediário é armazenar temporariamente os documentos que não são mais movimentados.
- 82** O arquivo corrente é formado por documentos que estão em trâmite, mas que não são consultados frequentemente porque aguardam sua destinação final.

A respeito das tipologias documentais e dos suportes físicos, julgue os itens que se seguem.

- 83** Os documentos de arquivo devem ser guardados na posição vertical, em estantes, e em ambientes bem ventilados.
- 84** Mapas, perfis, desenhos técnicos e plantas fazem parte do gênero documental cartográfico.
- 85** Ofício, memorando e aviso são exemplos de tipologias documentais.
- 86** O microfilme de substituição é aquele que serve à preservação das informações contidas em documentos que são eliminados, tendo em vista a racionalização e o aproveitamento de espaço.
- 87** O documento digitalizado tem o mesmo valor legal do documento em suporte papel, podendo, até, ser apresentado em juízo.

Com relação à administração pública, julgue os itens de **88** a **100**.

- 88** O aparelho do Estado, segundo a administração pública gerencial, divide-se em três setores: núcleo estratégico, que é o governo em sentido lato; o setor das atividades exclusivas, composto dos serviços que só o governo pode realizar; e o setor de serviços não exclusivos, no qual o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas.
- 89** Há diferenças fundamentais entre a administração de empresas e a administração pública gerencial. Uma delas diz respeito à receita: a das empresas depende dos pagamentos que os clientes fazem livremente na compra de seus produtos e serviços; a do Estado resulta principalmente de contribuições obrigatórias, os impostos, sem contrapartida direta.
- 90** A reforma administrativa instituída pelo Decreto-lei n.º 200/1967 distinguiu claramente a administração direta e a administração indireta no que se refere às áreas de compras e execução orçamentária, padronizando-as e normatizando-as de acordo com o princípio fundamental da descentralização.
- 91** Para a administração pública burocrática, o interesse público é frequentemente identificado com a afirmação do poder do Estado. A administração pública gerencial nega essa visão do interesse público, relacionando-o com o interesse da coletividade, e não do Estado.

- 92** Busca-se, por meio das organizações sociais, maior participação social, na medida em que elas são instrumentos de controle direto da sociedade, mediante seus conselhos de administração, cujos membros são recrutados na comunidade à qual a organização serve.
- 93** A administração pública brasileira, embora marcada pela cultura burocrática e regida pelo princípio do mérito profissional, não constitui, no seu conjunto, uma burocracia profissional nos moldes weberianos.
- 94** Executado ao longo de toda a década passada, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado previu não ser possível promover de imediato a mudança da cultura administrativa e a reforma da dimensão-gestão do Estado ao mesmo tempo em que se providencia a mudança do sistema legal.
- 95** Entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o poder público e uma entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre ambos para fomento e execução de atividades relativas a ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e(ou) saúde.
- 96** A administração pública burocrática sustenta, entre seus objetivos globais, a necessidade de aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, direcionando a ação dos serviços de Estado para o atendimento dos cidadãos.
- 97** A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- 98** De modo geral, toda investigação e produção teórica a respeito de cultura organizacional assenta-se, invariavelmente, em duas perspectivas: uma integradora, que propõe a existência de uma cultura forte e única, dominando toda a estrutura de forma coesa; e outra diferenciadora, que enfatiza a heterogeneidade existente no seio de qualquer instituição, propondo a existência de um conjunto de subculturas que se entrecruzam no cotidiano organizacional.
- 99** Uma gestão pública de qualidade define objetivos com clareza; recruta os melhores elementos por meio de concursos e processos seletivos públicos; treina permanentemente os funcionários; desenvolve sistemas de motivação, não apenas de caráter material mas também de caráter psicossocial; confere autonomia aos executores e tem método de cobrança de resultados.
- 100** As reformas realizadas por meio do Decreto-lei n.º 200/1967 não desencadearam mudanças no âmbito da administração burocrática central, o que possibilitou a coexistência de núcleos de eficiência e de competência na administração indireta e formas arcaicas e ineficientes no plano da administração direta ou central.